

A II Cimeira UE/África e a Problemática do Zimbabué

Flávio André da Silva Cardoso

Universidade Lusófona do Porto (Licenciatura, Estudos Europeus)

Sendo já marca da política externa portuguesa e da União Europeia (UE), o reconhecimento da importância estratégica do continente africano fez, e continua a fazer parte, da exigente e ambiciosa agenda da Presidência Portuguesa da UE no segundo semestre de 2007. A primeira Cimeira UE/África realizou-se em Abril de 2000, no Cairo, tendo partido de Lisboa, no decorrer da última presidência portuguesa, a vontade da sua realização. Adiado *sine die* um segundo encontro de chefes de Estado da Europa e África, agendado para 2003, em Lisboa, o mesmo não se realizou devido a divergências, que persistem, sobre a participação no encontro do actual presidente do Zimbabué, Robert Mugabe. O líder de um regime acusado de violação dos direitos humanos e que tem sido alvo, por esse motivo, de sanções impostas pela UE. Sobre os altos dirigentes do partido ZANU-PF pende uma interdição de deslocação à Europa.

Considerada como uma prioridade da próxima Presidência Portuguesa da UE, a realização da II Cimeira UE/África atribuirá especial ênfase às questões relacionadas com a liberdade e segurança, reafirmando o interesse estratégico da União no enquadramento internacional, nomeadamente em África, como factor de equilíbrio, estabilidade e desenvolvimento face ao protagonismo que este continente obteve recentemente despertando o interesse de certos blocos económicos.

Uma Cimeira de Chefes de Estado, na actual conjuntura internacional, só faz sentido se estiverem representados todos os mais altos responsáveis dos Estados abrangidos. Na situação presente o enfoque vai para a problemática do Zimbabué cujos membros do partido que apoia o regime estão impedidos de se deslocarem à Europa. É o caso do Presidente Robert Mugabe que corre o risco de ser detido e julgado por crimes contra a humanidade.

O Presidente do Zimbabué tem sido alvo de censura internacional devido à tentativa de abafar manifestações da oposição já por si pouco unida, mantendo uma política de forte intimidação, repressão, fraude eleitoral e violência política praticada sobre os auspícios do Estado, apesar das pressões da UE e da comunidade internacional, bem coordenadas, exigindo a libertação dos militantes da oposição ao regime do partido ZANU-PF e a criação de formas de mediação do diálogo para as eleições. Actualmente, mais de metade da população do Zimbabué morre de fome, sendo que os produtos alimentares, controlados pelo Governo, estão reservados a quem apresente um cartão de membro do ZANU-PF. No país, há notícia de despejos em bairros de lata onde reside uma maioria de habitantes da oposição, havendo actualmente muitos zimbabuenses sem lar, sujeitos ainda a actos de intimidação e violência generalizados contra civis inocentes por parte da milícia juvenil de Robert Mugabe que escapa impune a quaisquer sanções. Estamos perante razões, mais do que suficientes, para se poder afirmar que os direitos humanos fundamentais são sistematicamente violados por parte do regime que governa actualmente o Zimbabué.

Com o objectivo de clarificar e desenvolver o pensamento político acerca da problemática relativa à presença ou não do presidente Robert Mugabe na II Cimeira UE/África, vamos apresentar as possíveis soluções para o diferendo sublinhando os aspectos positivos e negativos que tais soluções comportam.

O ideal seria a presença do Chefe de Estado do Zimbabué em Lisboa. Actualmente, o Zimbabué, com o estatuto suspenso na *Commonwealth* e sujeito a sanções da UE, vê impedida a deslocação a território europeu do seu chefe de estado. As controvérsias quanto à sua participação, que já inviabilizaram a realização da II Cimeira UE/África

anteriormente, surgem devido à oposição de vários Estados principalmente do Reino Unido. Através de contactos diplomáticos discretos será possível a Portugal, enquanto país titular da Presidência da UE, organizador da Cimeira e apoiado pelas instituições europeias, contornar ou mesmo suspender temporariamente as sanções permitindo a deslocação do presidente Robert Mugabe àquele importante encontro.

Outra possibilidade, sustentada por alguns países, seria a presença na cimeira de um alto responsável do Zimbabué e não do próprio Chefe de Estado, medida que tiraria essência à cimeira e, em última instância, a inviabilizaria. Por outro lado, se o presidente Robert Mugabe não for convidado, outros dirigentes africanos poderão boicotar a cimeira em sinal de solidariedade.

O diálogo com África é prioritário. São necessárias soluções diplomáticas passíveis de contornar a situação. Certo é que a problemática do Zimbabué não pode ser motivo para continuar a adiar políticas vitais, em vários domínios, para o desenvolvimento do continente africano. Nem pôr em causa a realização de uma cimeira que envolve vários chefes de estado africanos. As questões regionais, por maior que seja a importância que se lhes reconhece, não podem sobrepor-se aos interesses continentais nem ao diálogo entre blocos económicos.